

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CEDI - P. I. B.
DATA 24 / 12 / 86
COD 02002

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A SITUAÇÃO DOS WASSÚ E TRUKÁ

Em carta de 30/06/81, do Dr. Octavio Ferreira Lima ao Senhor Assessor Chefe da AGESP, solicitou providências no sentido de se esclarecer, definitivamente, a origem de tais grupos, uma vez que tal indefinição acarreta sérios problemas administrativos à 3a.DR. Essa Assessoria deveria tomar providências quanto ao não reconhecimento de tais "remanescentes como índios."

A ilha de São Pedro no estado de Sergipe foi doada à união, com interveniência da FUNAI, na ilha de São Pedro em Pernambuco deverá ser efetuado encontro do governador daquele Estado obtenção de acordo que satisfaça à comunidade indígena, desde que a ação TFR já transcorre a mais de 30 anos.

Em mem<sup>o</sup> do Diretor do DGO ao Sr. Superintendente, a respeito dos grupos remanescentes indígenas existentes no nordeste, que desejam o reconhecimento étnico por parte da FUNAI e um espaço territorial onde possam conviver segundo suas origens, costumes e tradições, esses grupos seriam:

1. Grupo Tinguí Botó - Estado de Alagoas
2. Grupo Vassú de Cocal
3. Grupo Kapinawá - Buíque - Estado de Pernambuco
4. Grupo Truká de Cabrobó (Ilha de Assunção) estado de Pernambuco
5. Grupo Xocó da ilha de São Pedro Estado de Sergipe.

Esses grupos por não viverem em terras consideradas como reservas indígenas, vem sendo "assistidos de modo precário, pela 3a.DR". e sofrem constante invasão de mais terras como pressões de pop. envolvente.

Nestas condições faz-se necessário esclarecer definitivamente a origem desses grupos e a efetivação de um levantamento de identificação étnica.

Através do Rdt nº 6191 - 3a.DR. de 23/04/81, foram praticados atos de violência por parte de "civilizados" contra os remanescentes indígenas Wassu, na área denominada Cocal, e onde foi solicitado verificar a possibilidade de deslocar uma equipe desse departamento àquela região objetivando apuração das denúncias, e para oferecer garantias àquela população indígena.

#### Tribo Wassu

Situada no município Joaquim Gomes, distante 80 Km de Alagoas, conta com uma população de 425 índios e 1 milha de área.

O Chefe dos índios Wassu, Paulo Rufino, denunciou ter sido ameaçado de morte pelos grileiros que tomaram as terras da tribo depois, que a FUNAI enviou um topógrafo para medir a área para demarcação em fevereiro.

No dia 16/03/81 dois representantes do grupo Wassu de Cocal, estiveram na sede da 3a.DR, Hibes Menino de Freitas e José Manoel de Souza, os quais pediram o reconhecimento de sua área pela FUNAI, alegando que existem documentos comprobatórios de suas terras, que deverão ser encontrados no Cartório de Passo do Camaragibe-AL, sede do município para efeitos de escritura;

Segundo esses informantes as terras foram doadas por D. Pedro II, como prêmio ao Capitão Salazar que participou da guerra do Paraguai, juntamente com o Capitão João Thomas Marques Flores, todos de Cocal.

Os Capitães antes de falecerem fizeram a divisão das terras, passando as mesmas para os nomes de José Lourenço da Silva, Antonio de Freitas ou Bernardo de Freitas, cujos documentos deverão ser encontrados no Cartório de Passo de Camaragibe-AL;

Entre 1940 e 1950 os documentos originais das terras foram entregues pelo Sr. Antonio Casemiro de Souza (falecido) e avô de José Manoel de Souza (vivo e residente na área), a Sra. Hilda de Mendonça proprietária do Engenho Mirim localizado em Cocal. Estes documentos foram entregues em confiança ao dono do

engenho que protegia na época os Wassú da ameaça dos Srs. Juvenal Maia Gomes e Teotônio gomes de Araújo.

Senhor José Máximo de Oliveira em 1966, tendo em vista o avanço nas terras do Wassú registrou no INCRA (antigo IBRA) em seu nome as terras que restaram, 1.200ha. Entretanto, as terras ficaram de uso comum dos Wassú. A medida de fazer o registro em seu nome visava a proteção das terras.

Essa comunidade vem dia a dia perdendo parte de suas terras e sofrendo toda a sorte de maus tratos de própria população envolvente e em muitos casos da polícia Cocal.

Em carta de 12/04/81 do Delegado Regional da 3a.DR. ao governador de Alagoas temos que:

Nas missões levadas à efeito pela FUNAI no campo assistencial, sempre contou-se com o apoio de vários segmentos de sociedade nacional, públicos ou privados.

No caso específico dos Wassú de Cocal chegou ao conhecimento daquela delegacia que o Sr. Prefeito do município de Joaquim Gomes-AL, irá retirar daquela área Posto de saúde e o grupo escolar, prejudicando a população Cocal, alegando para tanto a falta de água e luz, entretanto os Wassú contam com fontes naturais de água próximo ao grupo escolar e a sede de energia elétrica fica a uns 600 metros dos imóveis, podendo com a colaboração do Sr. Prefeito, ser instalada nos prédios.

A atendente do Posto de saúde não correspondendo aos interesses da comunidade, hostilizando inúmeras pessoas.

No ofício 239/3a.DR/81 do Delegado Regional ao secretário de segurança pública do Estado de Alagoas, colocou-se que a comunidade Wassú de Cocal, vinha recebendo tratamento discriminatório por parte do Delegado de Polícia de Joaquim Gomes/AL, o qual vem praticando agressões físicas, inclusive contra aqueles índios.

No ofício 241/3a.DR/81 do Sr. Delegado Regional da 3a.DR. ao Sr. Secretário de Saúde do Estado de Alagoas, consta que a FUNAI vem realizando estudos de reconhecimento da comunidade dos

Wassũ, em Cocal, município de Joaquim Gomes nesse estado, como área indígena e a 3a.DR. vem dando atendimento médico muito precário àquela população através de sua equipe volante de saúde (EVS). Devido a isto o Dr. Paulo César Cavalcanti da Silva, Chefe da 5a Região da Secretaria de Saúde de Alagoas, em contato com os Wassũ, prontificou-se a dar um atendimento médico.odontológico quinzenal no Posto Médico de Cocal, além de efetuar trabalhos na área de medicina preventiva e sanitária, bem como atender os pacientes quando necessário na unidade de saúde de Joaquim Gomes ou em casos graves, encaminhá-los ao Pronto Socorro de Maceió, com o apoio da Dra. Alice, médica do município.

Em 26/fev./1981 foi realizada uma reunião na aldeia de Cocal para tratar-se do problema de saúde, onde esteve presente o médico Dr. Paulo Cavalcante da Silva Chefe da 5a. região de saúde do Estado de Alagoas que representava a Secretaria de saúde e serviço social, acompanhado da Dra. Teresinha, médica sanitária e Dra.Fátima supervisora de saúde e assistente social.

A reunião teve por objetivo a apresentação do plano de saúde previsto, para o município de Joaquim Gomes e possivelmente para a aldeia de Cocal; a presença dos profissionais da medicina foi solicitada pelo Vice-Cacique Hibes Menino de Freitas, tendo em vista o abandono em que se encontravam.

Os assuntos tratados foram:

I- Mudança do posto de saúde da aldeia. Essa mudança foi decidida pelo Prefeito que alegou: falta de eletricidade na aldeia; falta de água encanada no grupo escolar e no Posto; falta de integração e melhor relacionamento com a comunidade e principalmente com o Cacique; que o posto fica muito escondido da pista que um atendente reclama a distância do Posto para sua casa e que com o rio que separa sua casa do Posto na época da cheia, a mesma teria fácil acesso; quando chove fica ruim o acesso para o posto e grupo escolar para a beira do asfalto.

De acordo com entendimentos do Dr. Paulo com o Prefeito de Joaquim Gomes e Dra. Alice, Médica do Município, ficou

alertado que de 15 em 15 dias, a médica e um dentista iria à aldeia prestar atendimento.

Nessa reunião acertou-se que os casos de emergência seriam enviados através do Posto de Cocal para Dra. Alice médica do município, e os mesmos teriam um atendimento preferencial com a mesma enviando ao Pronto Socorro de Maceió os casos que necessitassem de tratamento especializado.

Dr. Paulo prometeu que iria implantar um programa de medicina preventiva objetivando: vacinação periódica e em massa; cadastramento de todos na área; controle de natalidade; palestras sobre educação sanitária; e tentativa de obtenção de apoio através do INAN.

Para o melhor atendimento no posto de Cocal considerou-se a necessidade de melhorar o equipamento e conscientizar as atendentes para melhorar o relacionamento com a comunidade.

Quanto à distribuição de medicamentos estabeleceu-se que estes seriam enviados pela FUNAI para os índios, e que a FUNAI deveria colocar uma pessoa esclarecida na área para ajudar no atendimento e no assessoramento para distribuição dos medicamentos às famílias indígenas.

Entretanto, esta reunião só pretendeu tratar dos problemas de saúde, que Dr. Paulo considerou como bastante crítico, e que a desnutrição era a grande causa da maioria das doenças,

Quanto ao problemas da terra, somente a FUNAI tinha competência para solucionar.

Em 02/03/81 foi realizada outra reunião na aldeia Cocal tendo como assuntos: saúde, educação e administração.

O Vice-Cacique levou ao conhecimento da comunidade a posição do prefeito em tirar o posto de saúde da aldeia e posteriormente o grupo Escolar. A mudança do Posto de Saúde não justifica pois a água não seria um problema se o prefeito tivesse interesse em instalar água encanada, só gastaria encanamento, uma vez que existe uma ponte d'água acima do grupo no pé da serra.

A falta de energia elétrica não seria justificativa uma vez que a menos de 600 mts. tem uma rede, de distribuição

elétrica que serve ao posseiro que mora do outro lado da pista e se abastece da água da fonte da comunidade poderia ceder energia para o Posto e grupo escolar.

A falta de integração entre a comunidade/prefeitura seria consequência de uma série de fatores como o fato do prefeito ter colocado como atendente a filha de um dos posseiros, que vive hostilizando e criticando abertamente a comunidade indígena.

Quanto ao fato do posto de saúde ficar muito escondido não representa uma justificativa, pois ele se localiza no centro entre as distâncias do sítio fazenda e aldeia.

Portanto a comunidade chegou à conclusão que a mudança do posto e do grupo para a pista era mais uma questão política que social, pois o prefeito quer colocar o posto e o grupo na pista para que seu trabalho fique mais bem visto na política, entretanto o mais lógico seria que em vez de serem mudados fossem melhor equipados, mas o prefeito alegou que a aldeia renderia muito pouco politicamente.

Em 13/02/76 foi realizada declaração da propriedade, no IBRA da qual consta recibo, no nome do Sr. José Máximo de Oliveira, da aldeia Cocal.

#### - Os Índios Trukã

Através do ofício nº 414/3a.DR/81, o delegado dessa Delegacia, informou que eram necessárias providências mais objetivas a respeito da ação que se encontra no Tribunal Federal de Recursos, para definir o direito e o domínio das terras Ilha de Assunção acompanhada pela procuradoria jurídica.

Da área de aprox. 5ha. a SEMEMPE, ocupa 1.200ha. que são reclamados pelos índios por serem as melhores terras.

Entretanto a referida Empresa alega ser detentora dos títulos de propriedade daquela área.

Naturalmente para que a comunidade Trukã venha a ter uma assistência efetiva por parte da FUNAI faz-se necessário

que a área seja reconhecida e se instale um Posto Indígena com Estação de rádio, enfermaria, escola e pessoal habilitado.

Relatório de viagem ao grupo Trukã Cláudio Luiz Ferreira Sant'ana - aux.tec.ind.

Essa viagem ao território Trukã tinha a finalidade de recebimento em nome da FUNAI de 07 toneladas de feijão macaça e os lotes 1 e 2 da Bomba I, doados pela Companhia de sementes e mudas de Pernambuco (SEMEMPE).

Os Trukã, concordaram em receber o feijão mas não aceitaram os dois lotes contendo uma área de 14ha., pretendem lutar pela Bomba I composta de 10 lotes numa área com aprox. 70ha.

Nos contatos com representantes da SEMEMPE ficou "alertado que logo que os trabalhos da colheita do milho sejam concluídos, a SEMEMPE preparará os dois primeiros solos da Bomba I reservando-os para os Trukã, entretanto estes não aceitam essa solução pois querem a utilização da Bomba I pelos problemas de terra. Os Trukã também solicitam que ao receberem os lotes 1 e 2, a SEMEMPE não retire o equipamento de irrigação instalado, pois do contrário não terão condições de trabalhar.

Necessitam de adubo químico, ferramentas agrícolas como (enxada, foice, facão) sementes de cebola, inseticida foliar 60% e a construção de uma casa de farinha.

As 7 toneladas de feijão imprestáveis como semente para plantio, foram entregues ao líder Deodato, que ficou encarregado da distribuição.

De acordo com entendimentos entre o delegado da 3a.DR e o Diretor Presidente da SEMEMPE, esta empresa estava colhendo seletivamente o campo de feijão implantado na área abrangida pela Bomba I, e o restante da colheita que não era aproveitável para semente, seria cedida à comunidade. Após a colheita do milho e feijão, os lotes 1 e 2 da Bomba I, seriam cedidos para utilização dos remanescentes indígenas da ilha de Assunção, e que esta área seria devolvida à SEMEMPE, logo que fosse adotada uma solução definitiva.

No parecer nº 085/AGESP da antropóloga Diana Cléa Garcia da Motta, a respeito de duas cartas enviadas a essa antropóloga pelo líder Trukã Antonio Cirilo dos Santos e de seu substituto, Sr. Deodato José dos Santos, respectivamente: nessas cartas os índios se referem a situação da comunidade agravada pela longa espera de uma solução relacionada às suas terras.

Um dos dramas ocorridos devido a essa situação foi a morte do Sr. Berto Cirilo dos Santos, um dos mais idosos Trukã que apesar de idade avançada trabalhava num mangue à cata de material: à ser vendido para alimentar sua família.

A saúde do Sr. Antonio Cirilo dos Santos, irmão do Sr. Berto, vem inspirando cuidados desde o ataque investido pela polícia de Cabrobó, que culminou em conduzi-lo à Juazeiro para recuperação. Nesse ataque, tiveram suas roças totalmente destruídas pela polícia de Cabrobó e Homens idosos, mulheres e crianças foram espancadas e ameaçados com a anuência da SEMEMPE instalada na Ilha de Assunção, devido a toda essa situação faz-se necessário: incluir na Programação da EVS a comunidade Trukã; determinar contatos entre 3a.DR/SEMEMPE para criar uma área voltada à implantação de roças comunitárias visando a substância desses índios; discriminar os prejuízos causados pela polícia e providenciar as indenizações; apurar a veracidade das desseincias e deixar na Ilha de Assunção um representante da FUNAI.

Em carta de 13/04/81, Sr. Delegado Regional da DR. solicitou ao Presidente da SEMEMPE que como a comunidade Trukã se encontra em situação difícil, pois não têm mais espaço para plantar e sendo que as recentes enchentes atingiram toda aquela região inclusive a colheita de feijão da SEMEMPE não terá mais semente, que seja concedido aos indígenas o feijão perdido para ser consumido na alimentação, e a título precário, as terras situadas na bomba I para utilizarem para a plantação.

Em 03/06/80 foi enviado memo. pela Antropóloga Jane Beltrão, informando que a situação dos Wassú agravou-se pois os

índios estavam sendo ameaçados de morte pelos Srs. Paulo e Manuel Honorio; e as crianças estavam quase todas doentes, sem médico nem remédio.

De acordo com sugestões da Antropóloga Delvair Montagner de Melatti, a ação da FUNAI deveria ser imediata e decisiva em Cocal e Pedrinhas. O projeto de DC que deverá ser implantado nos Wassú, terá um caráter diferente dos habituais feitos pela ASPLAN, pois os índios estão acostumados a um outro ritmo de trabalho que deve ser preservado; a essência do projeto deve ser de auto financiamento, de auto-promoção do grupo e de auto-desenvolvimento das potencialidades materiais e humanas existentes na área.

A fricção interétnica é bastante intensa e os Wassú concordaram que fosse indicado um chefe de posto experimentado, que ficaria sediado em Cocal, dando assistência à Pedrinhas, para isso faz-se necessária uma viatura rural com tração nas quatro rodas. Em pedrinhas deverá ser construídas uma escola e uma enfermaria com remédios específicos para a região e respectivos especialistas. Em Cocal será edificada uma casa-sede e uma enfermaria residência, se a Prefeitura não decidir fazê-la.

Há possibilidade de alguns Wassú estarem interessado em fazerem curso de atendente de enfermagem.

Em 27/12/79 de acordo com o relatório apresentado pela Antropóloga Delvair Melatti, o superintendente da FUNAI, Pedro Paulo Carneiro, solicitou que:

- 1) - A EVS atuasse na área;
- 2) - Promoção de aposentadoria para os velhos pela FUNRURAL;
- 3) - Indicação funcionário da FUNAI, chefe de PI para atuar na área;
- 4) - A 3a.DR deveria atentar para a reivindicações da comunidade sobre as terras necessárias para sua sobrevivência física e cultural e plotar a área em mapas convenientes;
- 5) - Levantamento da presença de "civilizados" na área, bem como dos títulos existentes, tendo em vista posterior eleição da área.

De acordo com Parecer da Antropóloga Jane Beltrão o delegado da 3a.DR. não pode atender ao item referente à indicação de um auxiliar técnico de indigenismo em virtude de sua jurisdição carecer de técnicos para atender sequer as suas necessidades. O GT designado para executar os trabalhos de eleição da área Portaria 670/E de 05/02/80 ratificou a necessidade de ser criado com urgência um PI em Cocal.

Em conversa com o ex-chefe de Boca do Acre, Ronaldo Lima de Oliveira sobre a situação dos Wassú manifestou desejo em trabalhar na área.

Havia necessidade de presença de um Chefe de PI, mesmo antes de se estabelecer a infra-estrutura para conter as ameaças que os Wassú vinham sofrendo, e essa indicação deveria ser imediata. Além disso esse técnico deveria ter condições de ser locomover na área, dada a distância entre as aldeias Cocal e Pedrinhas, sendo portanto necessário uma viatura.

De acordo com a informação nº 1298/DGO/80, o diretor do DGO, solicitou ao delegado da 3a.DR que verificasse a possibilidade de designar um servidor daquela delegacia para permanecer na área até a instalação do PI, entretanto como consta de todo o processo, o Delegado informou que a 3a.DR. estava impossibilitada de atender à solicitação pois carecia de pessoal, além disso o Delegado informou que os Wassú estavam sofrendo muitas pressões da população envolvente, inclusive boicotando o trabalho dos índios nos canaviais vizinhos à área, fonte de subsistência da maioria dos índios, portanto fazia-se necessários com urgência o reconhecimento oficial e criação da infra-estrutura adequada na área-

MINTER - FUNAI -  
M<sup>re</sup> de Penha C. de Almeida  
Assessoria